

ATUALIDADE ECONÔMICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ano 20

Nº 53

Agosto/Dezembro/2008

CONTEÚDO

China- Passado e Futuro de um Gigante

Idaulo José Cunha

01

O Fiscal do Fiscal e o Combate à Corrupção

João Rogério Sanson

07

Economia da Cultura: Filão a Garimpar

Hoyêdo Nunes Lins

12

China – Passado e Futuro de um Gigante

Idaulo José Cunha^()*

Considerações sobre a trajetória da civilização chinesa

O extraordinário desenvolvimento chinês nas duas últimas décadas do século XX e nos anos iniciais do século XXI não pode ser atribuído ao acaso.

Trata-se, em verdade, da re-emergência de uma civilização que já ocupou a liderança entre os países do nosso planeta.

Embora haja diferenças entre os pesquisadores quanto à divisão dos grandes períodos da história da China, pode-se adotar como indicativo a seguinte classificação sintética:

- ♣ China da Era Mitológica (5000 a.C. a 2200 a.C.)
- ♣ Dinastias Ancestrais (2200 a.C. 221 a.C.)
- ♣ China Imperial (221 a.C. a 1911 d.C.)
- ♣ Breve República (1912-1949)
- ♣ República Popular da China de 1949 até hoje, que abrange:
 - 1ª Fase: sistema socialista de governo com economia central (1949 a 1978);
 - 2ª Fase: sistema socialista de governo, com abertura e liberalização da economia (1978 a 2007).

A trajetória da China teve uma interseção radical em 1978, que resultou na criação de um novo modelo de desenvolvimento – o Consenso de Pequim –, fruto de um processo de crescimento inédito.

A China, de um país relativamente pobre, tolhido por regimes políticos e sistemas econômicos ineficientes, ambos incapazes de dar respostas aos requisitos dos novos padrões de conhecimento – fundamentados na globalização associada à era do desenvolvimento –, em vinte e nove anos transformou-se em ator estratégico nos destinos da humanidade.

Hoje, já é ela a segunda economia do mundo, pelo método de cálculo do PIB pelo poder aquisitivo da moeda, e, em 2007, deslocou a Alemanha da posição de terceira economia, pelo método do câmbio a preços correntes ou oficial, ao totalizar produto global de US\$ 3,4 trilhões.

Em 2007 o crescimento do PIB foi de 11,4%, completando um quinquênio com expansão anual superior a 10 %.

^(*) Economista pela UFPR, com especialização em Instituições de Desenvolvimento pelo CEMLA/México-EUA e com doutorado em Engenharia de Produção pela UFSC; pesquisador do Grupo de Pesquisas Lattes: Laboratório de Apoio à Decisão da UFSC; autor do livro China – Passado e Futuro de um Gigante (CUNHA, 2008).

Recebeu o epíteto de “fábrica do mundo” e lidera a produção mundial de aço, cimento, carvão, têxteis, vestuário, televisores e calçados. Avança fortemente nos campos de fundidos, autopeças, automóveis, máquinas e equipamentos, cerâmica de revestimento, semicondutores, computadores e equipamentos médicos avançados.

Os exemplos listados dão conta de que a China conquistou competitividade em todas as vias de mercado, independente do grau de sofisticação tecnológica.

Frisa-se que a competitividade da China não está alicerçada somente no baixo custo da mão-de-obra.

A China avança celeremente em campos que estão exigindo vantagens competitivas dinâmicas e sustentáveis, como a da qualificação dos recursos humanos, a inovação e a criatividade, tudo isto associado ao extraordinário empreendedorismo chinês, o que contraria a avaliação de H. G. Wells (WELLS, 1956, v.1), que considerava os chineses pouco empreendedores.

Até setembro de 2007, a China recebeu três quartos de trilhão de dólares em investimentos diretos do exterior, porém com uma peculiaridade – a associação de investimentos à transferência de tecnologia.

Mantém reservas cambiais superiores a 1,5 trilhão de dólares, o que a torna um importante financiador do déficit comercial americano e forte investidor em projetos de investimentos em todos os continentes, sobretudo para assegurar-se o suprimento de minérios e fontes energéticas.

Nos primeiros sete anos do novo milênio, a China quase decuplicou suas reservas cambiais (9,24 vezes superior), assumindo a liderança mundial em disponibilidades cambiais.

A China conquistou extraordinário sucesso na redução da pobreza, cujos resultados são inigualáveis no mundo: o número de chineses que viviam com dois dólares americanos por dia reduziu-se em quase meio bilhão de pessoas entre os anos de 1990 e 2007. De outro lado, 265 milhões de chineses foram excluídos do estado de pobreza extrema, ou seja, tiveram elevada a disponibilidade diária de recursos acima de US\$ 1.

Os perfis das exportações chinesas nos anos de 2006 e 2007 revelam importantes mudanças na composição dos produtos, pois há crescente participação de grupos de produtos como: máquinas e equipamentos, artefatos de metais e materiais eletrônicos.

Nos 11 primeiros meses de 2007, os grupos de produtos enquadrados como “máquinas e produtos elétricos” totalizaram vendas para o exterior de 635 bilhões de dólares, salientando-se transações de produtos com novas e altas tecnologias no montante de 314 bilhões de dólares.

O último relatório econômico do FMI realça que a contribuição da China no acréscimo do PIB mundial, calculado pela paridade do poder de compra das moedas, será de 35%. Isso quer dizer que mais de um terço de aumento do PIB global será gerado na China.

As economias latino-americanas, entre elas a do Brasil, restringem-se a perceber as vantagens carreadas pela China para o mercado mundial de *commodities*

e a extraordinária sede chinesa de combustíveis, minérios e alimentos. Não notam que a China, que emerge como a grande potência do Oriente, já ombreia com os Estados Unidos da América, tendo mudado radicalmente os padrões de competição dos setores produtivos mundiais.

Uma das diferenças radicais entre as estratégias industriais da Rússia e as da China, é o tratamento das empresas estatais: na Rússia, as estatais foram abruptamente privatizadas, enquanto na China houve primeiro a atração de investimentos externos e o estímulo ao empreendedorismo nacional. Só mais tarde, parte das estatais foi privatizada.

Shenkar (2005), comparando a saga da China e da Índia, sublinhou que ambas tem diásporas com milhões de imigrantes com grandes potencialidades: os chineses, dotados de capital e *know how* em negócios, e os indianos, com educação, experiência em negócios e conhecimento tecnológico avançado. Contudo, num balanço que leve em conta potencialidade e entraves, a China sobressai indiscutivelmente.

O impacto da industrialização da China refletiu-se em todas as economias, tanto as desenvolvidas quanto as em menor estágio de desenvolvimento.

O México foi um dos países mais afetados, pois suas vantagens competitivas, devidas à proximidade territorial e ao menor custo de mão-de-obra em relação aos EUA, foram anuladas pela competição avassaladora no mercado americano de produtos chineses com custos bem inferiores aos mexicanos.

O modo *chinês* de desenvolvimento já está criando uma espécie de modelo alternativo ao “Consenso de Washington”, e recebeu o epíteto de “Consenso de Pequim”.

Frisa-se haver grandes riscos no emprego puro e simples da reprodução do modelo chinês como paradigma por países emergentes.

A nação chinesa como potência líder mundial

Friedman (2005), em sua cativante obra “O mundo é plano – uma breve história do século XXI”, ao tratar do tema *offshoring* – que poderia ser traduzido por terceirização integral do processo produtivo ou transferência de toda ou de etapas da manufatura para outro país –, moldou uma frase lapidar sobre a nova China: “...a China comandada por Mao ficou fechada e isolada das demais forças niveladoras do seu tempo, o que transformou Mao num problema exclusivo de seu próprio povo. Deng Xiaoping, quando forçou a China a abandonar muitos dos princípios maoístas de nivelamento, transformou-a numa pedra no sapato do mundo inteiro” (p.).

Ora, Sachs (2005) também percebeu as profundas e radicais mudanças que estão sendo engendradas no cenário global, não mais sob a batuta das nações ditas desenvolvidas, segundo se percebe na seguinte manifestação: “O retorno da China e da Índia à proeminência econômica mundial no século XXI vai certamente remodelar a política e a sociedade globais. É provável que o domínio avassalador do Ocidente, que durou meio milênio, esteja ultrapassado. Se agirmos com sabedoria, uma era de

respeito mútuo e intercâmbio benéfico entre o Ocidente e o Oriente estará finalmente ao alcance da mão (p.).”

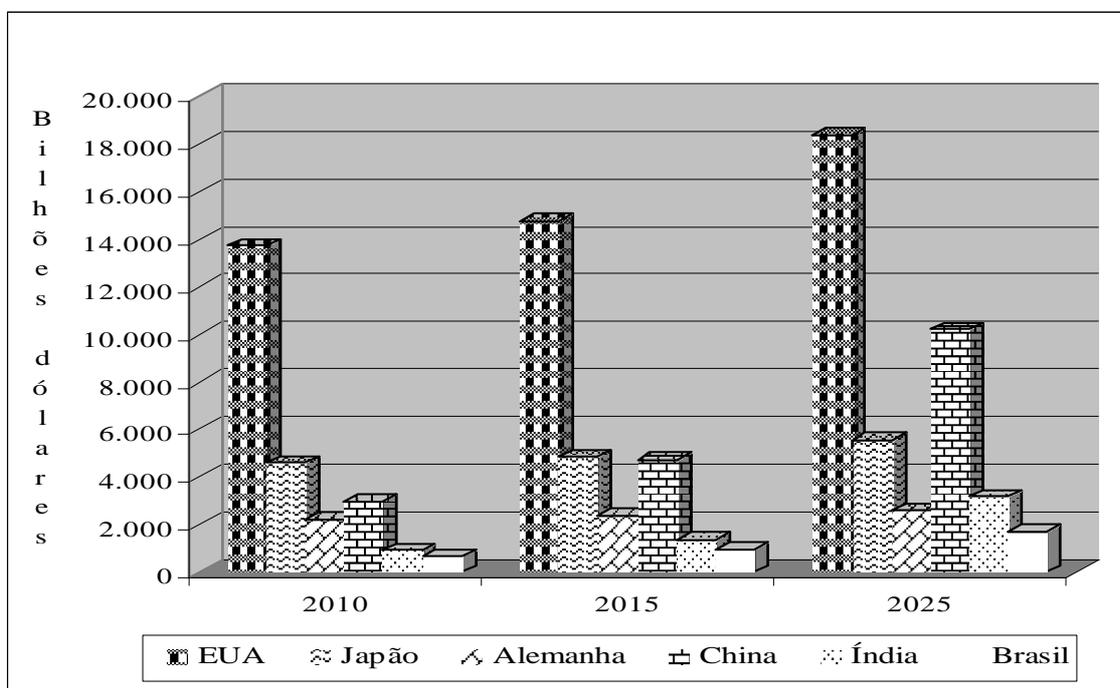
A China irradiará sua influência não só em relação à indústria e ao comércio, mas também na esfera política e, possivelmente, na da cultura. Sem contar o grande potencial de influência como investidora e fonte de recursos financeiros, campo em que concorre seletivamente com os EUA e com organismos multilaterais como o Banco Mundial.

Adotando-se o conceito do ‘valor do amanhã’, de Giannetti (2005), percebe-se que os chineses prudentemente têm uma postura defensiva frente ao futuro, para evitar o conflito entre as demandas do presente vivido e as exigências do futuro sonhado.

Contudo, o século XXI verá a “restauração das glórias da China” como o “Império do Meio”, num mundo sem limites de fronteiras geográficas.

As projeções da Goldman Sachs (Figura 1) para 2040 indicam que o PIB chinês aumentará 25 vezes em quarenta anos e será duas vezes maior do que o da Índia, 4,4 vezes superior ao PIB japonês e cerca de 8,4 vezes o da Alemanha. O Brasil exibiria um PIB equivalente a um sétimo do chinês, o que contrasta fortemente com os dados de 2000, quando a China tinha um produto interno bruto apenas 40% maior do que o brasileiro (GLOBAL, 2003).

Figura 1 : Projeção do PIB de países selecionados pelo método da taxa de câmbio de mercado



Fonte: GLOBAL (2003)

Recente estudo realizado no âmbito da CEPAL (BLÁZQUEZ-LIDOY, RODRÍGUEZ, SANTISO, 2006) prevê a seguinte trajetória para as economias chinesa e latino-americana, usando como indicador as participações da China e da

América Latina no PIB mundial, considerando-se o método da paridade do poder de compra das moedas (Tabela 1):

Tabela 1 – Estimativa da participação de China e América Latina no PIB mundial

País/Região	2002	2010	2020
China	12,7 %	21,1 %	40,1 %
América Latina	7,9 %	8,0 %	8,0 %

Fonte: BLÁZQUEZ-LIDOY, RODRÍGUEZ, SANTISO (2006)

Pelas estimativas desses autores, a China figurava já em 2002 como a segunda potência mundial, e em 2010 terá um PIB duas vezes e meia maior do que toda a América Latina. Antes de 2020 ultrapassará a economia americana e assumirá a a posição de potência líder global.

Em 2020 a América Latina terá um PIB total de apenas um quinto do chinês, posto que este país, isoladamente, responderia por 40% do produto mundial.

Palavras Finais

Um dos fatores marcantes do país em foco tem a ver com a ancestralidade: a civilização chinesa é a de existência mais antiga. A China é uma nação cujo povo possui acentuado sentimento de pátria, a ponto de, no período dinástico, ter havido uma associação entre o imperador e a nação. Outro aspecto que chama a atenção é a esperança num futuro melhor, tanto pessoal quanto do país, que desabrochou após a abertura da economia iniciada em 1978. Isso tem gerado níveis de poupança doméstica superiores a 35%.

Realça-se que a China, até o século XIX, sempre se considerou como centro do mundo, e seus imperadores como detentores de mandato do céu.

É instigante que os não orientais tenham dificuldades para entender e aceitar a influência das crenças e filosofias nos comportamentos formais dos chineses. Neles sublima-se a importância do confucionismo e do neoconfucionismo, entremeados pelo taoísmo, destacando-se os princípios associados à noção de autoridade (tradição, meritocracia, legalidade e obediência à autoridade) e aos padrões de comportamento individual, nas relações familiares e na organização dos governos.

Reitera-se existir a convergência de pareceres que predizem que a globalização, nesta nova fase, será muito mais matizada pelos países orientais e pela China. Isso pode ser confirmado pelo fato de quase metade do acréscimo do PIB mundial entre 2006-2007 ter sido gerado na China (35%) e na Índia (12%), somados.

Uma outra tendência é a intensificação do comércio e da produção industrial intra-regional no Sudeste e Sul asiáticos, com déficits vultosos na balança comercial da China. Encontra-se em processo de formação um aglomerado especial de países

interligados, com relacionamentos peculiares, com vantagens de competição baseadas tanto em custos como em conhecimento.

O que impressiona os ocidentais, sobretudo os de países em desenvolvimento, é a capacidade de planejar, de viabilizar técnica e financeiramente e de executar em tempo recorde uma multiplicidade de projetos em áreas tão diferentes como implantação e modernização de portos, aeroportos, sistemas viários metropolitanos, rodovias expressas, ferrovias ultra-modernas e a reconstrução de cidades, o que contrasta com a tibieza de outros países na realização e na eloquência da divulgação de planos e projetos.

Recorde-se que há mais de dois milênios os chineses projetaram e executaram obras que marcaram a humanidade, e foram protagonistas de um sem número de importantes invenções nas áreas militar; de navegação marítima, de construção naval, de escrita e impressão, de metalurgia, de cerâmica, de agricultura e técnicas de irrigação, e de administração pública, entre outras contribuições inéditas.

Os chineses, nos primeiros quarenta anos do século XV, poderiam ter se antecipado aos europeus na descoberta do Novo Mundo, e só não o fizeram por autodeterminação de enclausurar-se nas suas próprias fronteiras territoriais e de saber já acumulado.

Portanto, a explosiva e inesperada ascensão da China como potência global é um retorno à sua proeminência na humanidade, após quase seis séculos de hibernação.

Referências Bibliográficas

BLÁZQUEZ-LIDOY, J.; RODRÍGUEZ, J.; SANTISO, J. ¿Angel o Demônio? Los efectos del comercio chino en los países de América Latina. *Revista de la CEPAL* 90. Santiago, dez. 2006.

CUNHA, I. J. *China: passado e futuro de um gigante*. Florianópolis: Visualbooks, 2008.

FRIEDMAN, T. *O mundo é plano: uma breve história do século XXI*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

GIANNETTI, E. *O valor do amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GLOBAL Economics Paper. Goldman Sachs. Research Center. n.99, 2003. Disponível em: <<https://www.ge.com>>.

SACHS, J. D. *O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos vinte anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SHENKAR, O. *O Século da China*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WELLS, H. G. *Obras de H.G.Wells*. São Paulo: Cia. Editora Nacional. v. 1, v. 3 e v. 6, 1956.

O Fiscal do Fiscal e o Combate à Corrupção

*João Rogério Sanson**

Freqüentes denúncias de corrupção, de todo tipo, têm convulsionado o Brasil pelo menos desde os anos 1990. São políticos acusados de locupletação com recursos públicos, juízes que se envolvem com quadrilhas especializadas em desvio de dinheiro público ou em outras atividades ilegais, policiais ligados ao tráfico de drogas e empresários e outros interesses privados que corrompem a máquina pública. Se os criadores e os guardiões da lei aparecem como corruptos, a pergunta que fazemos é: o quê fazer para que isso não ocorra, ou, pelo menos, para que seja diminuído a níveis comparáveis com países conhecidos como de baixa corrupção?

A solução mais óbvia é criar esquemas de auditoria. Mas aí surge o problema do fiscal do fiscal. Assim, o policial fiscaliza o cidadão, o corregedor fiscaliza o policial, o juiz fiscaliza o corregedor, e aquele é fiscalizado por alguém, e o processo terá que parar em alguém mais acima. Isso lembra a história de um nativo que tinha uma visão cosmológica conflitante com a moderna astronomia. Segundo a visão nativa, a terra é um grande disco apoiado sobre um grande elefante. Quando perguntado sobre qual a base de apoio do elefante, ele diz que é uma grande tartaruga, que por sua vez está apoiada sobre muitas outras tartarugas, num amontoado sem fim. Para o nativo, é inconcebível que a terra esteja vagando pelo espaço, sem nenhum apoio físico. Uma imagem mais antiga é a do deus grego Atlas, às vezes desenhado com o planeta Terra nas costas, embora ele, na verdade, tivesse que segurar os céus. Essa concepção divina presumia a terra como centro do universo, servindo então de base para Atlas.

Na questão do fiscal do fiscal, seguindo a hipótese das tartarugas, seria preciso encontrar um fiscal de última instância. Uma das opções antigas era o grande líder político com poderes absolutos. Outra opção era tornar essa solução mais permanente, e atribuir essa função a deuses, que em muitos casos tinham também um líder. Nas sociedades mais recentes, esse papel é em geral atribuído ao Poder Judiciário. Esse poder tem a função de verificar o cumprimento das leis, incluindo uma lei maior, a Constituição. Mas há ampla evidência histórica de que, em ambientes autoritários, mesmo a Constituição não está a salvo de mudanças convenientes para o grupo que controla a sociedade naquele momento, podendo levar a sociedade a um ambiente de alta corrupção. Portanto, o Poder Judiciário e a Constituição, num horizonte temporal mais longo, não preenchem a função de fiscal do fiscal.

* Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. Este artigo foi escrito com base em anotações para a palestra intitulada “O fiscal dos fiscais: a concorrência política”, durante a XXXI Semana do Economista, numa promoção conjunta do Conselho Regional de Economia do Estado do Mato Grosso (CORECON-MT) e da Universidade Federal do Mato Grosso, realizada em Cuiabá em 2005. O autor agradece os comentários recebidos na ocasião.

Antes de seguirmos para formas mais específicas de controle das decisões da sociedade, precisamos definir mais claramente o que entendemos pelo termo corrupção, embora isso seja como o caso de um pato, que não é muito fácil de descrever, mas sobre o qual todos temos uma idéia razoável do que seja. Uma definição possível é dizer que a corrupção ocorre quando indivíduos, agindo isoladamente ou em grupos, obtêm benefícios privados às custas de recursos públicos por meios proibidos pela lei. Mas pode ser também entendida apenas como formas de benefícios privados inaceitáveis pelas crenças compartilhadas por uma dada sociedade, muitas vezes ainda não capitulados na legislação.

Como conseqüência de tais atos, ocorre redistribuição de renda, muitas vezes para minorias já bem postas em posses. Instala-se, além disso, um ambiente inadequado para a divisão social de trabalho, levando a atrasos no desenvolvimento econômico. Decisões de investimento são atrasadas, com queda de rentabilidade, devido à exigência de pagamento de propinas em dinheiro ou em benefícios materiais. De outra parte, corruptos muitas vezes criam dificuldades para vender facilidades. E devemos notar que isso independe de se tratar de uma economia de mercado ou de uma economia centralizada, como as da era do socialismo real. Por conta disso, até já se constatou que a corrupção, uma vez criadas essas dificuldades geradoras de propinas, é uma forma de agilizar processos e, assim, obter mais agilidade nas decisões, contribuindo para o desenvolvimento econômico.

Naturalmente, as grandes organizações privadas não estão imunes a essas questões. Contudo, a diferença é que, em ambientes de concorrência, essas organizações têm sua sobrevivência comprometida no longo prazo por conta de seus maiores custos e da maior lentidão em suas respostas à mudança de circunstâncias. O setor público, por natureza, tende ao poder de monopólio nos serviços que fornece à sociedade, o que, na ausência de mecanismos sociais alternativos, dá uma sobrevida a tais problemas.

Soluções práticas para combater a corrupção e outros problemas de natureza política têm sido adotadas ao longo da história humana. Uma dessas soluções é justamente a divisão de poderes do governo, com uma divisão de trabalho entre atividades executivas, legislativas e judiciárias. Assim, os poderes são relativamente independentes. Mas o Executivo presta contas formalmente ao legislativo, cabendo aos Tribunais de Conta o papel de verificar se a legislação vigente foi cumprida na execução dos orçamentos. O Judiciário aplica a lei, e isso funciona como fiscalização, inclusive de si próprio. O topo do Judiciário é escolhido pelo Executivo. Mas os membros do Executivo e do Legislativo são escolhidos, e assim fiscalizáveis, pelos eleitores.

Por conta de origens históricas, quando as unidades políticas eram anteriormente independentes, temos organizações federativas, em vários níveis. No caso brasileiro, na verdade, o regime federativo, com três níveis, decorreu de uma redução dos poderes centrais, com aumento de autonomia dos governos provinciais e

municipais. Foi construído como solução política para evitar o fracionamento do país, tendo em vista as várias revoltas regionais. Em regimes federativos, a divisão de poderes e a eleição de membros do executivo e do legislativo é a regra. Em alguns países, membros do judiciário local são também eleitos.

É essa prerrogativa dos eleitores que representa a função fiscalizadora das várias partes que compõem a máquina governamental, em seus poderes e níveis. A força dessa fiscalização, no entanto, parece bastante fraca, uma vez que só periodicamente o eleitor diz sim ou não a cada candidatura. Mesmo assim, nas propostas dos candidatos estão embutidas tanto as despesas prometidas como a tributação correspondente, embora nem sempre de forma explícita, junto com propostas de mudanças institucionais.

Num ambiente de alta concorrência política e com informação perfeita, o próprio processo político leva a que as preferências da maioria dos eleitores sejam atendidas. A própria presença de muitos partidos políticos e a descentralização do governo em níveis locais pode, em princípio, garantir o atendimento das preferências de minorias. Esse raciocínio de Joseph Schumpeter, elaborado em meados do século XX, é uma generalização do argumento de Adam Smith, de quase duzentos anos antes, quanto ao papel da concorrência entre empresas no atendimento às demandas de bens privados. Segundo Smith, não apenas os capitalistas atendem as preferências dos consumidores, como a concorrência conduz ao lucro puro nulo, que às vezes descrevemos, em linguagem alternativa, como um lucro normal ou justo.

Na política, a concorrência entre os profissionais da política também leva ao atendimento das preferências dos eleitores junto com a diminuição de ganhos excessivos que o exercício do poder proporcionaria. A diminuição da corrupção vem junto. A concorrência política é a característica que pode tornar o exercício do voto o fiscal dos fiscais. Por conta dessa concorrência, os políticos de oposição são induzidos a expor os problemas aos eleitores e ao Judiciário. Este define as penas nos casos em que há evidência judiciária, e o eleitorado diz não a tais políticos. O fiscal dos fiscais é, em última instância, o eleitor, embora o sistema político dê a impressão de ficar suspenso no ar, vagando de eleição a eleição, sem ninguém que o controle. Embora um voto isolado tenha uma influência insignificante, a soma de todos os votos tem uma força descomunal.

Mas a informação é imperfeita, e muitos políticos conseguem enviesar a distribuição de poder em seu favor. Adivinhe qual é uma das justificativas para enfeixar mais poder? O perigo de deixar o sistema político funcionar livremente. Um dos argumentos preferidos dos militares no golpe de Estado de 1964 era justamente o alegado excesso de corrupção existente na área pública, sem contar as ameaças externas no contexto da Guerra Fria e as contas de décadas anteriores a acertar entre os militares e os civis. A imagem propagada era que a corporação militar, então com uma imagem de incorruptível, junto à população, seria o fiscal dos fiscais.

O problema da informação imperfeita torna as decisões dos eleitores mais difíceis, pois os custos de obtenção de informação tomam tempo e renda. Os eleitores optam pelo uso de indicadores indiretos para saber o que pretendem os políticos, que se organizam em partidos e agem como empresas que vendem serviços de representação dos interesses dos eleitores nas decisões nacionais públicas. Associam, a seus partidos ou a seus líderes, imagens parecidas com as marcas usadas pelas empresas em seus produtos. Um termo usado por Antonio Gramsci, em sentido mais amplo (SIMIONATTO, 1995, cap.1), é ideologia, que Anthony Downs restringiu à competição partidária. É o que dá uma cara ao partido, diminuindo custos de informação ao eleitor.

Alguns países, com democracia consolidada, têm dado *status* especial à imprensa falada e escrita justamente por ser um instrumento automático de diminuição de custos de informação. É uma atividade comercial como qualquer outra e se encaixa nos argumentos smithianos quanto à concorrência. Assim como o feijão e o arroz para os brasileiros, a informação da imprensa é também uma mercadoria essencial. O ideal para os políticos é sempre ter uma imprensa a favor. A concentração nesse mercado pode converter-se em concentração do poder de influência política na medida em que certas informações sejam restringidas.

O problema do poder de mercado político é também uma limitação ao funcionamento do processo, embora em certas circunstâncias, como, por exemplo numa guerra, uma sociedade democrática possa dar poderes adicionais a seus líderes. Um caso interessante, mas já antigo, é o de Winston Churchill, que embora tivesse cometido sérios erros em decisões políticas nos anos anteriores à Grande Depressão, mostrou-se o político adequado para comandar os ingleses na luta de vida e morte contra o nazismo. Mas assim que a guerra terminou, os eleitores o mandaram para casa, pois as instituições políticas o permitiam. Ao mesmo tempo, Getúlio Vargas, que era um governante autoritário durante a mesma guerra, foi para casa como consequência de um golpe de Estado.

Assim como nos mercados, os governos autoritários também respondem aos interesses dos cidadãos, mesmo que consigam controlar as eleições. Apesar de a imprensa ser sufocada ou colocada a serviço do regime, muita informação ainda passa por outros meios. É aqui que aparece outro elemento importante do processo político com pouca ou nenhuma concorrência política e informação imperfeita: os grupos de interesse. A concorrência também ocorre entre tais grupos, dos quais os empresários são apenas um subconjunto. São eles que podem obter vantagens decorrentes do poder político concentrado, mas, ao mesmo tempo, concorrem entre si, como argumentou Arthur Bentley no início do século XX. Embora o tempo de ajustamento seja muito mais lento do que numa democracia, e os ajustamentos se mostrem sujeitos a períodos de alta instabilidade, ao final ele ocorre. É como se a Terra tivesse uma trajetória um pouco errática no espaço, mas tendendo à estabilidade, o que possivelmente deve ter ocorrido quando de sua formação. O sistema político continua a funcionar sem precisar de um fiscal dos fiscais. Os

políticos de governos autoritários que pretendem fazer isso têm vida relativamente curta, e poucos conseguem manter esse papel durante toda sua vida, o que nem sempre ocorre por seus próprios méritos.

Do ponto de vista da corrupção, um elemento adicional é a cultura ética da sociedade, muitas vezes embutida em princípios religiosos. Aliás, em sociedades antigas, a divisão de trabalho entre religião e política era mínima, assim como havia pouca competição entre as religiões. Princípios éticos embutidos nas instituições e compartilhados por todos ajudam a diminuir a corrupção, mas precisamos investigar como a sociedade internaliza tais princípios. Em geral, há uma longa evolução das instituições, com sistemas de incentivos para adoção de tais princípios.

Podemos, por fim, voltar ao caso brasileiro. A evidência crescente de problemas de corrupção e de descontrole institucional em alguns setores, segundo a visão aqui apresentada, é, na verdade, uma evidência de que o processo político democrático está funcionando e de que os cidadãos brasileiros mostram crescente intolerância com tais atividades. A concorrência política é o fiscal dos fiscais e é ela que está em funcionamento. Não precisamos de elefantes e nem de grandes tartarugas para tal função.

Referências Bibliográficas

BENTLEY, A. F. *The Process of Government: A Study of Social Pressures*. Chicago: The University of Chicago Press, 1908. Livro baixado de: www.archive.org.

DOWNS, A. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Ed. USP, 1999. Original em inglês, 1957.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. 3.^a ed. New York: Harper & Row, 1950. Primeira edição, 1942.

SIMIONATTO, I. *Gramsci: Sua Teoria, Incidência no Brasil, Influência no Serviço Social*. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

SMITH, A. *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. 2.^a ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores.) Original em inglês, 1776.

Economia da Cultura: Filão a Garimpar

Hoyêdo Nunes Lins*

No seu muito citado livro *A condição pós-moderna*, Harvey (1993) assim se refere aos vínculos entre o movimento pós-moderno e a cultura do cotidiano: “há inúmeros pontos de contato entre produtores de artefatos culturais e o público em geral: arquitetura, propaganda, moda, filmes, promoção de eventos multimídia, espetáculos grandiosos, campanhas políticas e a onipresente televisão” (p. 62).

Essa indicação remete a debate sobre o que se considera ser a passagem à pós-modernidade, debate cujos termos não se sistematizará aqui. Recorre-se a Harvey só para contextualizar a emergência de um campo de investigação e formulação de políticas que, embora saliente em alguns países, está por ser melhor laborado no Brasil: o da economia da cultura. O contexto, como sugerido, é o da invasão do cotidiano por experiências estéticas e produtos culturais de diversidade e multiplicidade inusitadas.

Florescimento da economia da cultura

Representando área relativamente nova até no plano internacional, economia da cultura é expressão que designa a produção, a circulação (com comercialização) e o consumo de produtos e serviços culturais, assim como a gestão dos vinculados processos (Rouet, 1998). Trata-se, relativamente às associadas práticas, de feixe transetorial ou transversal de atividades cujo peso econômico é crescente em diversos países.

Por exemplo, em 2002, as mais importantes indústrias a figurar como geradoras de direitos autorais – no audiovisual (música, cinema, transmissões de rádio e televisão), na edição, em *software* – participaram com 6% no PIB e com 4% no total dos empregos nos Estados Unidos. Esses percentuais são muito maiores quando se consideram também as atividades induzidas por aquelas indústrias ou que gravitam em torno delas, com interações implicando apoio ou complementaridade (Reis, 2007a).

Cabe assinalar, invocando alguma precisão conceitual, que as expressões “economia da cultura” e “economia criativa” – a segunda igualmente observada nos debates e nas medidas de política – não são rigorosamente intercambiáveis.

“[O] que delimita o campo de estudos da economia criativa é a possibilidade de gerar direitos de propriedade intelectual, em especial direitos autorais. Nesse leque (...) [entram] não só as indústrias culturais e o artesanato, como também moda, design, arquitetura e até setores de pujança econômica indiscutível, mas cujo

* Professor do Departamento de Economia – UFSC.

componente cultural é questionável, a exemplo de propaganda e software.” (Reis, 2007b, s/p.).

Já a economia da cultura corresponde

“aos produtos e serviços que têm, ao mesmo tempo, potencial econômico e valor simbólico (mensagem, identidade, valores). Encaixam-se nesse critério (...) o artesanato, as indústrias culturais, o turismo cultural, o patrimônio cultural, a moda, o design, os equipamentos culturais (teatros, cinemas, museus etc.)” (op cit.).

Quer dizer, economia da cultura significa algo mais amplo do que economia criativa, por maior que seja a interseção. Seja como for, está-se diante de feixe de atividades em cuja análise é básico considerar que os objetos envolvidos nas interações sociais têm dimensões distintas. Há uma dimensão econômica propriamente dita, passível de quantificação (riquezas geradas, contingentes empregados, impostos recolhidos). Mas há igualmente uma dimensão simbólica, assimilada a desejos e valores, especificamente valores culturais que espelham (e se traduzem em) atitudes, práticas e aspectos intelectuais e morais da vida (Ritenour, 2003).

Plano internacional: Londres como laboratório

Na experiência de promoção do desenvolvimento com medidas ligadas à cultura e à criação mais divulgada internacionalmente – a experiência de Londres desde meados dos anos 90, em vários aspectos observada também em outras cidades britânicas –, o acento tem sido colocado na economia criativa. Prioridade absoluta foi atribuída, com efeito, à questão dos direitos de propriedade.

A pedra angular, no caso britânico, foi um decisivo suporte ao que se chamou de “indústrias criativas” (envolvendo desde moda e galerias de arte até atividades ligadas a entretenimento, arquitetura e *design*). Os instrumentos e mecanismos empregados incluíram esquemas específicos de financiamento, chamando particularmente a atenção os “bairros criativos”, onde artistas e criadores em geral podem dispor de espaços próprios em situação de proximidade/contigüidade. Trata-se, via de regra, de áreas centrais decadentes, com imóveis restaurados pelo poder público e disponibilizados com aluguéis baixos até os empreendimentos conseguirem subsistir por si próprios, quando são transferidos, cedendo o lugar para outros (uma lógica de incubadoras de empresas).

Avanços na aproximação entre o setor empresarial e o mundo das artes e da criação, mirando no financiamento privado às atividades, também foram essenciais. Mas, como destacou em entrevista o Ministro da Cultura que, no primeiro mandato de Tony Blair (1997-2001), foi o principal responsável por essa política, as iniciativas contemplaram igualmente a instauração da gratuidade nos museus do país. Permitido por engenharia financeira que envolveu o uso de recursos obtidos por loterias, este

resultado foi considerado pelo ex-ministro como um dos mais importantes, com repercussões até em termos turísticos (Lores, 2007).

Primeiros passos no Brasil

No Brasil, a problemática da economia da cultura ganhou corpo nos últimos anos com iniciativas do Ministério da Cultura. Em 2006, criou-se o Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura (PRODEC), cujo eixo de trabalho é triplo, segundo artigo do então ministro publicado no jornal *Folha de S. Paulo*: prioriza-se, segundo informado, “informação, capacitação e promoção de negócios” (Gil; Porta, 2008, p. A3).

Que realizações teriam sido logradas nessa tríplice perspectiva?

“Em 2007, realizamos as primeiras ações diretas de promoção de negócios, como a Feira Música Brasil, a elaboração do programa do artesanato de tradição cultural e o apoio à exportação do audiovisual. Firmamos parcerias para incluir o setor no escopo de ação dos órgãos de fomento e pesquisa. Com o BNDES, linhas especiais de crédito e inclusão de fornecedores da cultura no cartão BNDES. Com o BNB e o Basa, linhas de microcrédito com mudanças nas garantias. Com o IBGE, coleta de informações e construção de indicadores, que deve culminar no PIB da cultura. Com o Sebrae, formulamos seu programa para o setor. Com o Ipea, contratamos estudos.” (ibid.)

Essas medidas são importantes e promissoras para o desenvolvimento da economia da cultura no Brasil. Mas o ministro e sua co-autora, coordenadora do PRODEC, reconheceram que “[a]inda é preciso evoluir muito nas ações de fomento e na capacidade de formulação e planejamento por parte dos realizadores e das organizações do setor, superando a lógica de projetos pontuais” (ibid.).

Entre as iniciativas vale destacar, no plano do conhecimento sobre a realidade da produção cultural brasileira, o processo que resultou no *Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003-2005* (Sistema, 2007), tornado público no final de 2007 como materialização de algumas das parcerias referidas no artigo do ministro.

Delimitação da economia da cultura no Brasil

Particularmente instrutiva, no *Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003-2005*, é a identificação das atividades do setor cultural, permitindo enxergar o universo desse tipo de produção. Resultando de cruzamentos de várias classificações de atividades, a delimitação, pela ótica da produção cultural realizada pelas empresas, aparece indicada no quadro 1, que resume e adapta o quadro original.

Quadro 1 – Brasil: atividades do setor cultural realizadas pelas empresas

Grande Grupo de atividades	Grupo de atividades	Classe de atividades
Indústria	Fabricação de artefatos diversos de madeira, Palha, cortiça e material trançado – exceto móveis	Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado – exceto móveis
	Edição e impressão	Edição de discos, fitas e outros materiais gravados Edição de livros, revistas e jornais Edição e impressão de livros jornais e revistas Edição e impressão de outros produtos gráficos
	Reprodução de materiais gravados	Reprodução de discos e fitas Reprodução de fitas de vídeos Reprodução de <i>softwares</i> em disquetes e fitas
	Fabricação de computadores	Fabricação de computadores
	Fabricação de aparelhos telefônicos, sistemas de intercomunicação e semelhantes	Fabricação de aparelhos telefônicos, sistemas de intercomunicação e semelhantes
	Fabr. de apar. recept. de rádio e televisão e de reprod., gravação ou amplificação de som e vídeo	Fabricação de aparelhos receptores de rádio e televisão e de reprodução, gravação ou amplificação de som e vídeo
	Fabricação de produtos diversos	Lapidação de pedras preciosas e semipr., ouriv., joalheria Fabricação de instrumentos musicais Fabricação de artefatos para caça, pesca e esporte Fabricação de brinquedos e de jogos recreativos
Comércio	Com. atacad. de artigos de uso pessoal e doméstico	Com. atac. art. escrit. e pap.; livros, jornais e outras publ.
	Comércio atacadista de computadores, equipam. de telefonia e comunicação, partes e peças	Comércio atacadista de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação, partes e peças
	Comércio varejista de outros produtos	Comércio varej. de livros, jornais, revistas e papelaria
	Comércio varejista de artigos usados	Comércio varejista de artigos usados
	Telecomunicações	Telecomunicações
	Aluguel de objetos pessoais e domésticos	Aluguel de objetos pessoais e domésticos
	Consultoria em <i>software</i>	Desenvolvimento e edição de <i>softwares</i> prontos para uso Desenv. de <i>softwares</i> sob encomenda e outras consultor.
	Processamento de dados	Processamento de dados
	Atividades de banco de dados e distribuição <i>on-line</i> de conteúdo eletrônico	Atividades de banco de dados e distribuição <i>on-line</i> de conteúdo eletrônico

Serviços	Pesquisa e desenv. das ciências físicas e naturais	Pesquisa e desenvolvim. das ciências físicas e naturais
	Pesquisa e desenv. das ciências sociais e humanas	Pesquisa e desenvolvim. das ciências sociais e humanas
	Publicidade	Publicidade
	Atividades fotográficas	Atividades fotográficas
	Educação profissional e outras atividades de ensino	Educação profissional de nível técnico Educação profissional de nível tecnológico Outras atividades de ensino
	Atividades cinematográficas e de vídeo	Produção de filmes cinematográficos e fitas de vídeo Distribuição de filmes e de vídeos Projeção de filmes e de vídeos
	Atividades de rádio e de televisão	Atividades de rádio Atividades de televisão
	Outras atividades artísticas e de espetáculos	Ativ. de teatro, música e outras ativ. artísticas e literárias Gestão de salas de espetáculos Outras atividades de espetáculos
	Atividades de agências de notícias	Atividades de agências de notícias
	Atividades de bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	Atividades de bibliotecas e arquivos Ativ. de museus e de conserv. do patrimônio histórico Ativ. jardins botân., zoo., parques nac. e reservas ecológ.

Fonte: Sistema (2007), Quadro2, com adaptação

O quadro 2, também elaborado com base em Sistema (2007), mostra as profissões/ocupações consideradas tipicamente culturais. Em ambos os quadros desponta a diversidade que caracteriza o mundo da cultura e da criação. Pelo ângulo empresarial, isso se reflete em numerosas atividades industriais, comerciais e de serviços, em sintonia com a idéia de que economia da cultura significa produção, circulação e consumo de produtos culturais, na acepção mais ampla dessa última expressão. Pelo ângulo das famílias, quer dizer, das profissões ou ocupações, a imagem não é diferente.

Quadro 2 – Brasil: profissões ou ocupações consideradas como tipicamente culturais

<p>Professor. e instr. (c/ nível superior) no ensino profissional</p> <p>Profissionais de <i>marketing</i>, publicidade e comercialização</p> <p>Profissionais do jornalismo</p> <p>Profissionais da informação</p> <p>Arquivologistas e museólogos</p> <p>Filólogos, tradutores e intérpretes</p> <p>Escritores e redatores</p> <p>Especialistas em editoração</p> <p>Locutores e comentaristas</p> <p>Produtores de espetáculos</p> <p>Coreógrafos e bailarinos</p> <p>Atores, diretores de espetáculos e afins</p> <p>Compositores, músicos e cantores</p> <p>Desenh. industr. (designers), escultores, pintores, artesãos</p> <p>Decoradores de interiores e cenógrafos</p> <p>Professores (c/ nível médio) no ensino profissionalizante</p> <p>Professores leigos no ensino profissionalizante</p> <p>Instrutores e professores de escolas livres</p> <p>Agentes de fiscalização de espetác. e meios de comunicação</p> <p>Leiloeiros e avaliadores</p> <p>Técnicos em biblioteconomia</p> <p>Técnicos em museologia</p> <p>Técnicos em artes gráficas</p> <p>Cinegrafistas</p> <p>Fotógrafos</p> <p>Técnicos em operações de máq. de transmissão de dados</p> <p>Técnicos em operação de estação de rádio</p> <p>Técnicos em operação de estação de televisão</p> <p>Técnicos em operação de aparelhos de sonorização</p> <p>Técnicos em operação de aparelhos de cenografia</p> <p>Técnicos em operação de aparelhos de projeção</p>	<p>Decoradores e vitrinistas de nível médio</p> <p>Bailarinos de danças populares</p> <p>Músicos e cantores populares</p> <p>Palhaços, acrobatas e afins</p> <p>Apresentadores de espetáculos</p> <p>Modelos</p> <p>Escriturários de serviços de biblioteca e documentação</p> <p>Confeccionistas de instrumentos musicais</p> <p>Supervisores de joalheria e afins</p> <p>Supervisores de vidraria, cerâmica e afins</p> <p>Joalheiros e artesãos de metais preciosos e semipreciosos</p> <p>Sopradores e moldadores de vidro e afins</p> <p>Cortadores, polidores, jateadores e gravad. de vidros e afins</p> <p>Ceramistas (preparação e fabricação)</p> <p>Vidreiros e ceramistas (acabamento e decoração)</p> <p>Supervisores das artes gráficas</p> <p>Trabalhadores da preparação da tecelagem</p> <p>Operadores da preparação da tecelagem</p> <p>Operadores de tear e máquinas similares</p> <p>Trabalhadores polivalentes das artes gráficas</p> <p>Trabalhadores da pré-impressão gráfica</p> <p>Trabalhadores da impressão gráfica</p> <p>Trabalhadores do acabamento gráfico</p> <p>Trabalhadores de laboratório fotográfico</p> <p>Trabalhadores artesanais da tecelagem</p> <p>Trabalhadores artesanais da confecção de roupas</p> <p>Trab. artesan. confec. de calçados e artef. de couros e peles</p> <p>Trabalhadores tipográficos, linotipistas e afins</p> <p>Encadernadores e recuperadores de livros</p> <p>Reparadores de instrumentos musicais</p> <p>Mantenedores de equipamentos de lazer</p>
---	---

Fonte: elaborado pelo autor com base em Sistema (2007)

Peso da economia da cultura no Brasil

A referida publicação igualmente oferece uma visão de conjunto sobre o peso da economia da cultura no Brasil. A tabela 1 apresenta dados para 2005, extraídos das pesquisas econômicas estruturais do IBGE. Observa-se que as atividades culturais representavam 6,1% das empresas e 5,3% do pessoal ocupado em todas as atividades no país.

Tabela 1 – Brasil: número de empresas e pessoal ocupado na totalidade dos setores econômicos e nos setores culturais – 2005

Atividades	Empresas	Pessoal ocupado total
Total geral	2.526.625	20.960.033
Atividades culturais totais	153.669	1.117.906
% das atividades culturais totais no Total geral	6,1	5,3
Indústrias de transformação	144.339	6.317.345
Atividades industriais culturais	9.371	280.329
% das Atividades industriais culturais na Indústria de transformação	6,5	4,4
% das Atividades industriais culturais nas Atividades culturais totais	6,1	25,1
Comércio	1.438.068	7.070.745
Atividades comerciais culturais	37.487	151.444
% das Atividades comerciais culturais no Comércio	2,6	2,1
% das Atividades comerciais culturais nas Atividades culturais totais	24,4	13,5
% das atividades ligadas <u>diretamente</u> à cultura no total das Atividades comerciais culturais	92,2	74,2
% das atividades ligadas <u>indiretamente</u> à cultura no total das Atividades comerciais culturais	7,8	25,8
Serviços	944.218	7.571.943
Atividades de serviços culturais	106.811	686.133
% das Atividades de serviços culturais nos Serviços	11,3	9,1
% das Atividades de serviços culturais nas Atividades culturais totais	69,5	61,4
% das atividades ligadas <u>diretamente</u> à cultura no total das Atividades de serviços culturais	82,0	71,4
% das atividades ligadas <u>indiretamente</u> à cultura no total das Atividades de serviços culturais	18,0	28,6

Fonte: Sistema (2007), com adaptação

Na indústria de transformação, as atividades culturais exibem esse mesmo patamar de representatividade, superior, de toda maneira, ao que as atividades comerciais culturais representam para a totalidade do comércio. Quando se olha a participação das respectivas atividades culturais (ligadas quer à indústria, quer ao comércio) no total das atividades culturais, observa-se que as comerciais representam muito mais: no tocante ao número de empresas, com quase $\frac{1}{4}$, e com muito menos no que concerne ao pessoal ocupado (13,5%). Claro que a maioria das atividades

culturais caracterizam-se como serviços, o que está longe de surpreender: 69,5% das empresas e 61,4% das ocupações ligadas à cultura foram assim classificadas.

Gastos governamentais com cultura no Brasil

Também a ação governamental foi captada em Sistema (2007). A tabela 2 apresenta os gastos com cultura dos governos estaduais e municipais entre 2003 e 2005. Por dizerem respeito a valores nominais, os dados prestam-se menos à observação da trajetória dos gastos – embora movimentos amplos sejam eloqüentes por si só – e mais à comparação entre regiões e estados em cada ano.

Tabela 2 – Gastos governamentais com cultura no Brasil por regiões e estados: 2003-2005 (R\$ mil)

País, Estados	Regiões,	2003		2004		2005	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos de governos estaduais							
Brasil		746.851	100,0	836.716	100,0	1.127.768	100,0
Norte		97.301	13,0	153.806	18,4	172.033	15,3
Nordeste		183.766	24,6	190.613	22,8	258.939	23,0
Sudeste		304.132	40,7	330.583	39,5	453.099	40,2
Centro-Oeste		77.564	10,4	97.510	11,7	132.977	11,8
Sul		84.088	11,3	64.205	7,7	110.720	9,8
	Paraná	32.837	4,4	17.481	2,1	59.563	5,3
	Santa Catarina	11.642	1,6	12.053	1,4	14.062	1,2
	Rio Grande do Sul	39.609	5,3	34.670	4,1	37.095	3,3
Gastos de governos municipais							
Brasil		1.272.667	100,0	1.349.028	100,0	1.478.308	100,0
Norte		57.720	4,5	66.819	5,0	76.736	5,2
Nordeste		290.234	22,8	330.746	24,5	386.836	26,2
Sudeste		707.055	55,6	714.932	53,0	759.224	51,4
Centro-Oeste		31.638	2,5	39.516	2,9	48.548	3,3
Sul		186.020	14,6	197.015	14,6	206.964	14,0
	Paraná	74.593	5,9	75.756	5,6	76.961	5,2
	Santa Catarina	38.238	3,0	44.715	3,3	49.516	3,3
	Rio Grande do Sul	73.189	5,8	76.545	5,7	80.487	5,4

Fonte: Sistema (2007, tabelas 14 e 15, com adaptação)

Observa-se que a Região Sudeste prevalece amplamente nas duas esferas de gasto governamental. Isso deve-se principalmente ao desempenho de São Paulo, seguido de longe por Rio de Janeiro e Minas Gerais. Cabe realçar a tendência de crescimento dos gastos de governos estaduais na Região Norte (com proeminência de Amazonas e Pará) e dos gastos de governos municipais na Região Nordeste (destacando-se as prefeituras de Bahia e Pernambuco). A Região Sul mostra queda de participação relativamente aos gastos dos governos estaduais, sendo única exceção o Estado do Paraná, e estabilidade na proporção dos gastos de governos municipais.

Como se vê na tabela, os municípios são a esfera das maiores despesas públicas com cultura. Entretanto, nos três anos da série, os gastos dos governos estaduais

subiram mais do que os dos governos municipais em todo o país. Em 2003, os primeiros gastaram só 58,7% do que fizeram os governos municipais; em 2005, 70,3%.

Na Região Sul, a tendência foi a mesma, mas com diferenças. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul registraram perda de representatividade dos gastos dos governos estaduais entre 2003 e 2004; no Paraná, a queda foi de quase metade. Mas, enquanto neste último a recuperação entre 2004 e 2005 exibiu magnitude, com despesas estaduais que atingiram 78,4% dos gastos das prefeituras, os estados catarinense e gaúcho amargaram recuperação débil, indicando que, no extremo-sul do Brasil, os gastos culturais têm sido quase prerrogativa de performance municipal.

Uma nota sobre Santa Catarina

Santa Catarina chama a atenção nesse contexto. Esse estado tem os menores valores absolutos da Região Sul, especialmente nos gastos dos governos estaduais, e figura entre os de menores gastos na Federação. Em 2005, o governo catarinense despendeu com cultura não mais que 28,4% do que gastaram os governos municipais em seu território; no Rio Grande do Sul, por exemplo, essa proporção atingiu 46,1%.

Tal quadro causa espécie, pois Santa Catarina registrou iniciativas em escala estadual que mereceram realce. Com efeito, em meados de 2006, Pedroso (2006) assinalava que:

“Uma nova forma de relacionamento no campo da cultura ganha forma em Santa Catarina. A Rede de Integração Cultural (RIC-SC), iniciativa desenvolvida pela Secretaria Estadual de Cultura, Turismo e Esporte, está sendo implantada a partir de um site – www.ric.sc.gov.br – e da realização de seminários em alguns municípios que sediam as secretarias de Desenvolvimento das Mesorregiões e Microrregiões. (...) Os encontros, já realizados nas cidades de Videira, Joaçaba, Araranguá, Criciúma, Florianópolis, Itajaí e Blumenau, têm despertado o interesse e a adesão de autoridades do setor, produtores da sociedade civil, representantes de organizações não-governamentais (ONGs) e gestores públicos. A iniciativa, considerada inédita no sul do país, chamou a atenção do Ministério da Cultura (MinC), que já divulgou o assunto no seu site e tem enviado representantes para os seminários” (s/p).

Também Reis (2006), em artigo sugestivamente intitulado “A economia criativa conquista o sul do país”, referiu-se a processos em curso em Santa Catarina. O assunto dessa autora dizia precipuamente respeito ao nordeste catarinense, em primeiro lugar Joinville e seu entorno, mas a tônica, à semelhança do texto de Pedroso, incidia nas possibilidades do estado como um todo em termos de economia da cultura, especificamente de economia criativa.

As ações do governo estadual, ou pelo menos o interesse público nessa esfera, foram salientadas com ênfase idêntica à dirigida à esfera municipal. O texto foi concluído com uma espécie de exortação que, embora realçasse o nordeste catarinense, contemplava todo o estado: “Resta esperar que, neste cenário de bons ventos, a economia criativa encontre em Santa Catarina – e especialmente em Joinville – uma abertura política e empresarial que agarre essa oportunidade com afinco” (s/d).

Referências Bibliográficas

- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- GIL, G.; PORTA, P. Economia da cultura. *Folha de S. Paulo*, p. A3, 3 fev. 2008.
- LORES, R. J. Cultura rende muito dinheiro, afirma ex-ministro de Blair. *Folha de S. Paulo*, p. B16, 3 jun. 2007.
- PEDROSO, N. Uma nova forma de relacionamento para a cultura. *Cultura e Mercado*, 22 jun. 2006. Disponível em: <www.culturaemercado.com.br> Acesso em: fev. 2008.
- REIS, A. C. F. A economia criativa conquista o sul do país. *Cultura e Mercado*, 15 jun. 2006. Obtido em: <www.culturaemercado.com.br> Acesso em: fev. 2008
- REIS, A. C. F. Economia da cultura – uma união pelo desenvolvimento econômico. *Cultura e Mercado*, 13 jan. 2007a. Obtido em: <www.culturaemercado.com.br> Acesso em: fev. 2008.
- REIS, A. C. F. Economia da Cultura ou Economia Criativa? Pondo os pingos nos is. *Cultura e Mercado*, 11 mar. 2007b. Obtido em: <www.culturaemercado.com.br> Acesso em: fev. 2008.
- RITENOUR, S. Economics and Culture. By David Throsby. *The Quarterly Journal of Austrian Economics*, v. 6, n. 2, p. 103-106, Summer 2003.
- ROUET, L'approche économique de la culture: esquisse d'un bilan. *Culture & Recherche*, Paris, n. 68, p. 3-7, n. 68, Sep-Oct. 1998.
- SISTEMA de Informações e Indicadores Culturais 2003-2005. Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica n. 2. Rio de Janeiro: IBGE/Ministério da Cultura, 2007.

.....

Este boletim é uma publicação do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

As idéias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Comentários e contribuições, com preferência para os que tenham a economia catarinense como objeto, podem ser enviados para: Boletim "Atualidade Econômica", Departamento de Ciências Econômicas - UFSC, Campus Universitário, 88049-970 Florianópolis SC. Tel.: (48) 3721-9458. Fax: (48) 3721-9776, e-mail depcnm@cse.ufsc.br. Disponível também na homepage - www.cse.ufsc.br/gecon

Conselho Editorial e Técnico: *Profs. Hoyêdo Nunes Lins (coord.editorial), João R. Sanson e Roberto Meurer,*

Secretaria: *Florí Vieira dos Santos*

Apoio: *Departamento de Ciências Econômicas*